

# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

## POPULAÇÃO NEGRA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPECIAL: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO

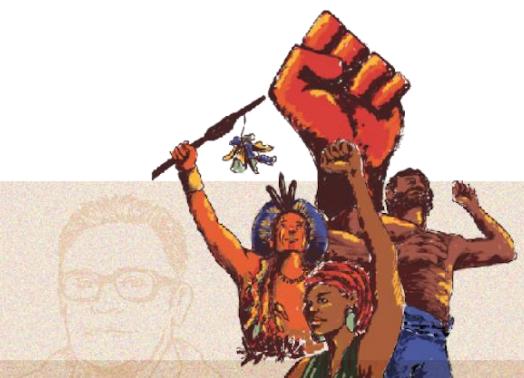
Sessão temática 01 – Questão social e questão étnico-racial

Marília dos santos Cerqueira  
e-mail: [mariliacerqueira09@gmail.com](mailto:mariliacerqueira09@gmail.com)  
Universidade Federal de Sergipe

### RESUMO

Este artigo objetiva analisar como o racismo estrutural no sistema capitalista impacta a população negra no acesso ao espaço urbano no Brasil. A pesquisa utiliza o método materialista-dialético para investigar a segregação socioespacial como expressão da questão social, abordando a formação socio-histórica brasileira, a exclusão da população negra no pós-abolição e o papel do Estado na manutenção das desigualdades. A abordagem adotada foi qualitativa, com natureza descritiva, teórica e explicativa. No contexto urbano, o espaço é transformado em mercadoria a serviço dos capitalistas, reproduzindo desigualdades, marginalização racial e de classe. A formação socio-histórica do Brasil, marcada pelas lutas negras, resulta na construção de ocupações, morros e periferias como estratégias de sobrevivência e enfrentamento à segregação imposta pelo capital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Racismo estrutural; Segregação socioespacial; Questão social; Espaço urbano; População negra;



# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

## INTRODUÇÃO E METODOLOGIA.

O estudo desenvolveu-se a partir de pesquisa bibliográfica e documental, abordagem qualitativa, com natureza descritiva, utilizando o método materialista-dialético e abordando o racismo como elemento estrutural e estruturante do sistema capitalista, que se manifesta na segregação socioespacial, na expropriação do trabalho e na concentração de riqueza, indicando as desigualdades e a discriminação como resultantes do processo histórico.

De acordo com o Núcleo de Inovação Social em Políticas Públicas (2024), pessoas negras (pretos e pardos) representam 55,5% da população brasileira, mas correspondem a 68,6% das inscrições no Cadastro Único (CadÚnico), o que evidencia que a identificação das desigualdades sociais e econômicas está mais fortemente atrelada a perfis de pessoas negras.

Historicamente, no pós-abolição, os/as ex-escravizados/as foram jogados/as à própria sorte, excluídos/as do mercado formal. Fernandes (1964) pontua que a autonomia da liberdade não foi garantida à população negra. Ainda no século XIX, ocorre o processo de higienização disseminado pela escola de Nina Rodrigues, citado por Paterniani (2016, p. 4) na obra de Gilberto Freyre como “[...] uma estratégia de branquitude”, referindo-se à defesa de uma suposta “democracia racial” ancorada na formação social brasileira.

Contrapondo-se a Freyre, Fernandes (1964) destaca que o racismo é resultado do processo de escravidão, e poderia ser superado com uma nova ordem social, visto que “[...] a ordem social competitiva não possuiu suficiente vitalidade para absorver os velhos padrões senhoriais de relações entre “brancos” e “negros” [...]” (Fernandes, 1978), ou seja, mesmo com o fim legal da escravização, as pessoas negras continuaram submetidas a processos de subalternização e inferiorização.

Já no século XX, durante a transição da mão de obra escrava para a mão de obra livre, em um contexto de profundas transformações políticas e econômicas, o êxodo rural e o crescimento populacional tornaram-se cada vez mais expressivos. O uso do espaço urbano passou a privilegiar a industrialização e seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que o aprofundamento da vulnerabilidade e do empobrecimento se materializava nos centros urbanos. Além disso, o Estado desempenhou papel central na política de embranquecimento e no financiamento da imigração europeia (Martins, 2022). Dessa forma, “[...] a formação de grandes cidades e o início da criação das primeiras indústrias no país não alteraram no fundamental as relações infraestruturais” (MOURA, 1970, p.94).

Segundo Martins (2022, p. 6), “a presença do racismo nos processos que demarcam a transição do trabalho escravo ao trabalho livre tem, na ação do Estado, no que se operou como política de imigração, a sua manifestação mais incisiva, principalmente porque o mito de “democracia racial” vai ocultar os traços do racismo não apenas na sociedade, mas, inclusive, e fundamentalmente, nas ações do Estado”.

Tal aspecto faz refletir sobre a heterogeneidade da classe trabalhadora e das expressões da questão social e racial. Nesse cenário, o espaço torna-se uma mercadoria a serviço da economia para a (re)produção do capital (Santos, 2018). Assim, Santos (2018, p. 13) pontua que



# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

“ele é, portanto, dimensionado pela história, com especificidades próprias de cada escala, de acordo com a forma com que cada sociedade se reproduz, e é resultado do modo de produção capitalista.” Logo, o espaço é transformado em função do capital, reproduzindo o sistema capitalista que sobrevive através das desigualdades.

Surge uma sociedade reprodutora do espaço urbano fragmentado, dividido entre ricos e pobres. Os donos dos meios de produção controlam a reprodução e o acesso à cidade, compondo-se como cúmplice o Estado e o mercado imobiliário, e excluindo a classe pauperizada dos lugares considerados “privilegiados”. (Negri, 2008), agindo, destarte, com repressão para manter a ordem vigente.

A população negra, diante dos marcos históricos da luta por sobrevivência, protagonizou importantes lutas por dignidade. Posteriormente, a construção involuntária de morros, periferias, ocupações irregulares e assentamentos nas cidades tornou-se símbolo dessa resistência contra a exclusão, mas continuam sendo as maiores vítimas das expressões da questão social como segregação socioespacial e aprofundando as desigualdades sociais e econômicas.

Por isso, é fundamental compreender a divisão de classe no contexto espacial, bem como o controle e a segregação socioespacial em áreas urbanas, resultantes da luta de classes e da marginalização de bairros periféricos, geradores de pauperização, discriminados e desprovidos de proteção social estatal seja em saneamento básico, iluminação pública, transporte coletivo, estrutura habitacional, entre outros direitos sociais.

Dessa forma, destaca-se que, conforme Iamamoto (1983), as expressões da questão social são manifestações da vida cotidiana que refletem as mazelas do capitalismo. Assim, a relação entre o sistema capitalista, a formação socio-histórica do Brasil, bem como a má distribuição de riquezas, resulta na subalternização de corpos invisibilizados.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar como o racismo estrutural, articulado ao sistema capitalista, impacta o acesso aos direitos da população negra no espaço urbano brasileiro, por meio da segregação socioespacial. Como objetivos específicos, propõe-se: analisar a formação sócio-histórica do Brasil e suas particularidades; compreender a relação entre racismo, capitalismo e a produção da segregação socioespacial no país; e averiguar as expressões da questão social relacionadas às lutas da população negra por direitos urbanos.

O estudo justifica-se com base na contribuição de Negri (2008), que caracteriza as desigualdades socioeconômicas e espaciais no Brasil como produtos do sistema capitalista, alinhados aos interesses do capital. Negri também discute a reprodução da questão social e a omissão do Estado diante das violações de direitos.

## RESULTADOS

Diante de um cenário calcado nas desigualdades sociais, raciais e espaciais, pode-se afirmar que a transição do trabalho escravo para trabalho livre, imigração europeia, os impactos nos contornos direcionados a população negra, o papel do estado, industrialização e o mito da democracia racial, influenciaram no direcionamento da população negra na contemporaneidade.



# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

para áreas ignoradas pelo capital pelo seu péssimo acesso aos centros da cidade, expressando-se como segregação socioespacial que influi lugares distantes dos centros urbanos.

No interior da reprodução dos preconceitos e toda forma de violência oriunda da escravidão, a localização espacial reforça o aprofundamento das desigualdades que reflete o (des)planejamento urbano brasileiro a serviço dos empreendimentos geradores de lucros.

As populações negras, na sua maioria ex-escravizados ou descendentes, foram deslocadas para as periferias, frequentemente em condições precárias de moradia, infraestrutura e serviços. Esses espaços urbanos periféricos, caracterizados pela pobreza e pela falta de recursos, passaram a ser simbolicamente e fisicamente associados à segregação socioespacial, com a exclusão das populações negras dos centros urbanos e das melhores condições de vida.

A (re)produção do espaço urbano, portanto, não foi apenas uma questão de localização geográfica, mas uma reprodução das desigualdades estruturais que envolvem classe social, e, especialmente, raça. Ao longo do processo de urbanização e industrialização, a questão racial se manifesta de maneira explícita nas disparidades de acesso à terra, moradia, educação, emprego e, mais amplamente, à cidadania plena, contribuindo para a perpetuação das divisões sociais no espaço urbano.

Assim, a produção do espaço urbano envolve diversos elementos vinculados à lógica da mercadoria, resultando em malhas urbanas hierarquizadas e disputadas, que reflete o modelo de produção capitalista, culminando em contradições e segregação de bairros/lugares específicos. Além disso, há carência de equipamentos públicos e dificuldades no acesso a direitos, tornando o alcance da justiça social um desafio em meio ao neoliberalismo acentuado e ao papel do Estado, que regula a economia capitalista ao promover a estrutura necessária para a expansão e conservação do capital, muitas vezes em detrimento dos direitos sociais.

Portanto, entende-se que as expressões da questão social não é algo natural dentro da sociedade capitalista (Netto, 2006), é oriundo do processo histórico e social dentro do modo de produção capitalista, envolvendo as relações sociais e trabalho, que se expressam também na segregação socioespacial. No cenário contemporâneo, as propriedades e o uso do solo tornam-se elementos cruciais para a acumulação de capital, por isso, os quilombos históricos, as ocupações irregulares e favelização são estratégias de sobrevivência e contestação frente à a questão social, tendo como expressão a segregação socioespacial determinada pelo capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recuperação da memória de resistência da população negra indica estratégia para enfrentamento, criação, gestão e planejamento de políticas públicas sociais frente ao avanço do ultraneoliberalismo na contemporaneidade. Reafirmar a importância da formação sociohistórica do Brasil a partir da análise de uma realidade crítica e sujeitos históricos em movimento é essencial para o fortalecimento da classe trabalhadora que se desenvolve no campo da heterogeneidade, indicando estratégia para o enfrentamento ao racismo estrutural e segregação socioespacial dos indivíduos que formam historicamente violentados. Nesse sentido, a luta de



# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

classes, racismo estrutural e da dominação do capitalismo são importantes para interpretação da sociedade brasileira (Almeida, 2018)

Assim, determinou a reprodução de preconceitos, violências, e também o lugar direcionado a população negra diante dos aparatos jurídicos e legais agudizando o empobrecimento e lapidando as hierarquias sociais e raciais, contribuindo, destarte, para o fortalecimento do sistema capitalista que tem como objetivo o lucro e superexploração da mão de obra humana.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018
- DOMINGUES, Petrônio. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos histórico*. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?lang=pt> Acessado em 20 de agosto de 2021.
- FERNANDES, Florestan. A integração do Negro na Sociedade de. Classes Volume I - 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ed. Ática, 1978. Alves, José.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983
- LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. *GEOgraphia*, ano 1, n. 1, 1999.
- MARTINS, Tereza Cristina Santos. Racismo e questão social no nascente mercado de trabalho brasileiro. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS. Anais [...]. Vitória, ES: ABEPSS, 2020. p. 1-15.
- NEGRI, Silvio Moisés. *Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises*. Coletâneas do Nosso Tempo, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008.
- NETTO, José Paulo. O que é questão social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- PATERNIANI, Stella Zagatto. Da branquitude do Estado na ocupação da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 91, 2016.
- MOURA, C. Dialética do negro. São Paulo: Ática, 1970.
- SANTOS, Mário Jorge Silva. *A (re)produção da segregação socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju (SE): interfaces da ação do Estado e do capital*. 2018. 454 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018
- SILVEIRA, Sergio Kelner; MEDEIROS, Carolina Beltrão de. *Nota Técnica 49 – Rede 10 Sergipe: desigualdades raciais e políticas públicas para a juventude negra*. Recife: Núcleo de Inovação Social em Políticas Públicas, Fundação Joaquim Nabuco, 2024.
- THEODORO, M. A Sociedade Desigual - Introdução: Rio de Janeiro, Zahar, 2022.

